Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso
CASA CIDADÃ

2014 - 2016

PROGRAMA PARCERIA

Programa Parceria - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Cuiabá

PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

MESA DIRETORA 2013/2015

Deputado Romoaldo Junior
Presidente em Exercício

Deputado Antônio Azambuja
1º Vice-Presidente

Deputado Mauro Savi
1º Secretário

Deputado Dilmar Dal'Bosco
2º Secretário

Deputado Luiz Marinho
3º Secretário

Deputado Airton Português
4º Secretário

Dados para Catalogação na Publicação (CIP)

2014, Edições ALMT

Mato Grosso, Assembleia Legislativa – ALMT
Programa Parceria/Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Cuiabá, MT: ALMT, 2014

1. Administração Pública. 2. Poder Legislativo. 3. Serviço Público.
2. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. II. Título.

Superintendente de Planejamento Estratégico
Abilio Camilo Fernandes Neto

Responsável pelo Programa
Euda Borges de Moraes

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Gov. Dante Martins de Oliveira.
Avenida André Antônio Maggi, Lote 6, Setor A, Centro Político Administrativo
CEP: 78049-901 Cuiabá – MT
Fones: (065) 3313-6288 - 3313-6289
e-mail: planoestrategico@al.mt.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

ÁREA DE ATUAÇÃO

Representação da Sociedade

MISSÃO

Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas, ampliar e fortalecer a participação da sociedade nas discussões legislativas.

VISÃO

Ser uma instituição de excelência, comprometida com o desenvolvimento sustentável, referência na represetação da sociedade e na prestação de serviços.

VALORES

- Credibilidade
- Ética
- Responsabilidade
- Transparência

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 11

SUMÁRIO DO PROGRAMA..... 16

JUSTIFICATIVA 18

ANÁLISE DO CENÁRIO ESTADUAL 24

PÚBLICO ALVO..... 28

OBJETIVOS 28

ESTRATÉGICAS E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO..... 30

AÇÕES ESTRATÉGICAS..... 34

MÉTODO DE GESTÃO..... 38

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO 40

UNIDADE RESPONSÁVEL..... 41

RESPONSÁVEIS DO PROGRAMA E AÇÕES 41

RESULTADOS ESPERADOS 42

APRESENTAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso tem compromisso com a sociedade e com a quebra de paradigmas, tendo como princípios a credibilidade, ética, responsabilidade e transparência.

Ao lado destes princípios a Assembleia Legislativa acredita que a colaboração da sociedade organizada, do governo estadual e municipal e de outras instituições públicas e não governamentais, são fundamentais para que provoquem as mudanças desejadas.

O estabelecimento de parcerias produtivas possibilitará o estabelecimento de uma nova realidade para a população desse Estado, não apenas nas condições de trabalho, emprego e renda, mas também na qualidade de vida e para que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso atinja um novo patamar em termos técnicos e organizacionais.

Os problemas relacionados com a qualidade de vida, a valorização das pessoas, as questões relativas ao meio ambiente, o envolvimento nas questões sócio-econômicas e a troca de experiências necessitam de parcerias para que os poderes constituídos do Estado possam cumprir com o seu papel constitucional de provocador das mudanças esperadas.

Essa parceria que se busca tem o compromisso político da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e dos parlamentares, assim, de como de servidores, de aplicar os recursos necessários para vencer os desafios relativos o nível de exclusão social e das diferenças regionais existentes.

As contribuições dos parceiros serão de fundamental importância para que se criem as condições necessárias para enfrentar as situações de carência existentes nesse imenso território.

Uma postura arrojada dos parlamentares, a implementação de estratégias no gerenciamento dos programas e projetos por parte da Assembleia Legislativa e a ampla experiência técnica interna e externa, possibilitará a demonstração da competência institucional para promover as condições de acesso à cidadania pelos diversos segmentos desse Estado.

Muitos caminhos terão que ser percorridos para que os resultados desejados possam ser alcançados, nesse

sentido, este programa constitui um instrumento valioso para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo governo, para que a inclusão social e digital se torne uma realidade concreta.

O acesso à cidadania é direito de todos e não apenas de uma parcela de pessoas que integram uma comunidade, razão pela qual este Programa tem tudo para dar certo e alcançar um lugar de destaque nas políticas da Assembleia Legislativa.

A globalização trouxe para o estado brasileiro uma nova ordem social, a instalação de um modelo de mercado extremamente competitivo, com suas diversas matizes, a abertura das economias, a globalização dos mercados e negócios, o surgimento de novos centros de poder mundial baseados na competência, a formação de blocos ou mercados comuns, o impacto da tecnologia avançada, uma permanente revisão da legislação, são entre outros, fatores que surgem e modificam os paradigmas tradicionais.

Uma das maiores dificuldades encontradas é a morosidade da ação governamental e a velocidade de respostas que surgem no seu ambiente interno. Parece que o ambiente interno das organizações públicas nada tem a ver com o ambiente externo. Essa visão cria obstáculos para o desencadeamento de ações que provoquem uma mudança no ambiente onde as pessoas trabalham e desenvolvem as suas atividades profissionais.

A globalização traz também novas exigências para as atuais relações de trabalho, modificando o campo de atuação e os requisitos ligados ao perfil do funcionário público, influenciando a sua forma de atuar frente às constantes mudanças, até a sua adaptação ao novo "*modus operandi*" das organizações, visando a produtividade e a qualidade.

Uma relação mais efetiva e eficiente entre a sociedade organizada e os poderes em especial o Legislativo é de fundamental importância para que as demandas sociais possam ser conhecidas e atendidas.

Mesa Diretora da ALMT

SUMÁRIO DO PROGRAMA

É absolutamente necessário neste século – considerado como o das grandes transformações sociais - que as organizações pretendam crescer, ocupar novos espaços e principalmente reduzir o seu nível de vulnerabilidade, para poder obter resultados concretos que possibilitem uma melhoria de vida das pessoas que vivem dentro do seu ambiente. No entanto, no mundo globalizado que vivemos, é cada vez mais necessário a formação de parcerias, visto que, ninguém consegue fazer sozinho.

A busca de parceiros é essencial para que as ações da Assembleia Legislativa estejam cada vez mais próximas das demandas sociais da população mato-grossense, otimize as suas ações e as integre cada vez mais a realidade e ao desenvolvimento do Estado.

É imperioso que busquemos implantar programas de interação e integração entre a sociedade e o legislativo, para que o nosso cliente principal, o cidadão, seja atendido nas suas necessidades e anseios e, satisfeito, passará a ser um defensor das causas desta Instituição pública.

JUSTIFICATIVA

Envolver a população na busca de soluções para as demandas sociais é um compromisso que a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso assumiu ao elaborar o seu Plano Estratégico. Ninguém consegue nada sozinho, é importante que haja um compromisso coletivo para que os resultados alcançados sejam de interesse da maioria e não de pessoas ou grupos.

Num mundo que está em constante transformação, há a necessidade de se construir caminhos que possibilitem a implementação de mecanismos e processos, que dêem ao homem e a mulher, assim como, às crianças e adolescentes, o direito de escolhas individuais em diversas áreas, seja na econômica, política, social ou cultural.

Essa escolha deve levá-los a ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e alcançar um padrão de vida decente. Esse tripé constitui o sustentáculo do desenvolvimento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas.

Como desenvolvimento das pessoas entende-se a necessidade de expansão de suas potencialidades

através de melhores condições de educação, cultura, treinamento, saúde, habitação, meio ambiente e alimentação.

O desenvolvimento para as pessoas estabelece o compromisso de que as ações, principalmente as públicas, sejam voltadas para a melhoria das condições de vida, através dos resultados de um crescimento econômico racional. O desenvolvimento pelas pessoas significa o processo de participação das pessoas nas decisões que interferem em suas vidas.

Esses elementos se constituirão em uma realidade concreta quando alguns paradigmas forem quebrados, não apenas pelas instituições públicas constituídas, mas e, principalmente pela própria sociedade, esteja ela organizada ou não.

A sociedade tem que se interagir de forma mais ativa, para que os seus anseios possam ser atendidos e os organismos públicos assumam o compromisso de mudar a realidade presente.

Neste novo rumo a ser percorrido há que se considerar a necessidade de se confiar nas pessoas, sem troca de favores. Essa confiança não poderá se estabelecer por pessoas que vivem sob constante ameaça da violência e da injustiça, sujeitas à má gestão pública e a instabilidade, ou à pobreza e as doenças. Sem que essas ameaças sejam superadas concretamente, dificilmente

se alcançarão os resultados que construirão um mundo mais justo, fraterno, solidário e igualitário.

Para que se alcance esta transformação, que ainda é um sonho, há que se estabelecer prioridades nas ações de governo e pela própria sociedade, visto que, se as pessoas que convivem com esses males sociais e políticos, advindos de longa data, não estiverem em condições de desenvolver as suas habilidades e competências por conta própria, jamais conseguirão sair da situação em que se encontram.

Segundo Kofi Annan, ex-Secretário Geral das Nações Unidas, *"A boa governança é talvez o fator singular mais importante para a erradicação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento".* Esta afirmação nos remete a um dos paradigmas que temos que quebrar que é aquele em que a responsabilidade é sempre do outro. Continua Kofi Annan: *"a promoção do desenvolvimento não é apenas um desafio social, econômico e tecnológico, mas é também um desafio institucional e político".*

Portanto, o desafio na busca de uma integração sem favores, entre a sociedade e o governo, em seus níveis: federal, estadual e municipal é o caminho para minimizar as diferenças sociais responsáveis pela permanência persistente da pobreza no mundo e conseqüente baixa da qualidade de vida.

O Brasil tem as suas diferenças e não pode ficar alheio a esse desafio. Os indicadores sociais como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do PNUD e outros fornecidos pelo IBGE, mostram que muito já foi feito, mas há muito por fazer.

Esses indicadores dizem respeito não apenas a dificuldades mais recentes, indicam que a exclusão hoje identificada e mostrada com maior ênfase se acumulou historicamente. Sem um comprometimento de todos, a questão da pobreza e da exclusão social não será resolvida. Mudanças profundas devem ser implementadas para que a ação de hoje não tenha que ser redefinida, retificada, reelaborada, porque os resultados não atingiram os objetivos propostos.

As diferenças regionais e uma baixa qualidade de vida são conseqüências de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e política da sociedade brasileira. É uma situação de privação coletiva que abrange uma série de violações ao direito de cidadania: pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública digna.

A saudosa Dra Zilda Arns, que fundou a Pastoral da Criança, afirmava que *"um programa de enfrentamento da exclusão social deve incluir como sujeito da própria ação, a população marginalizada, além de provocar a criação de políticas públicas básicas dirigidas*

com absoluta prioridade às comunidades carentes". Segundo ela, *"esses dois fatores são essenciais para a sustentabilidade e acesso à igualdade de oportunidades, que gerem justiça e paz".*

A Assembléia Legislativa tem como área de atuação a **representação da sociedade** e, como tal, assume o compromisso de buscar as mais variadas formas de cooperação para que possa cumprir com eficiência e eficácia o seu papel constitucional, sendo reconhecida como instituição moderna, dinâmica e referência na representação dos anseios da sociedade mato-grossense.

No seu Plano Estratégico 2012/2016, a Assembleia Legislativa estabeleceu como sua missão: "Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas, ampliar e fortalecer a participação da sociedade nas discussões legislativas". Está, portanto, demonstrado o compromisso desta instituição pública e o seu compromisso de parceria com a sociedade mato-grossense.

Mato Grosso é um Estado rico com uma parcela de população pobre que não apresenta as condições dignas de um cidadão. As diferenças regionais já conhecidas necessitam de ter respostas urgentes para reduzir essas desigualdades e construir um estado mais justo e solidário.

A partir dessa constatação a Assembleia Legislativa define que a participação da sociedade nas discussões de temas de interesse coletivo é um instrumento de superação dessas desigualdades. E ainda que, desenvolverá ações concretas que viabilizem a presença das pessoas e das organizações constituídas nas discussões a serem desenvolvidas pelas Comissões Permanentes e nos eventos por elas promovidos.

O maior desafio que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso se propõe a vencer é a universalização dos direitos reais, permitindo a todos a cidadania plena, cotidiana e coletiva.

Todos nós sabemos que o povo tem necessidade de cultura, conhecimento, saúde, justiça, educação, trabalho, emprego e renda e, especialmente, que ouçam as suas vozes. Visto que, pouco adiantará a luta dos próprios direitos e do direito de todos se não existirem os que possam transformar sonhos em realidade.

ANÁLISE DO CENÁRIO ESTADUAL

O Estado de Mato Grosso tem uma extensão territorial de 901.420,70 Km^2, com 141 municípios. Sua população vem crescendo em taxas superiores as dos demais Estados membros; em 2021 deverá atingir 3.713.000 habitantes (estimativa Seplan/MT 1997/2021).

Embora tenha sofrido um crescimento considerável, ainda existem imensos vazios demográficos, principalmente devido ao grande território, e a inexistência de políticas de ocupação desses espaços.

Distribuídos nesse território os municípios de Cuiabá, Barra do Garças, Primavera do Leste, Sinop, Rondonópolis, Tangará da Serra, Cáceres e Várzea Grande, representam aproximadamente 55% da população do Estado, onde também encontramos os maiores problemas e necessidades sociais.

O nosso Estado apresenta condições para o desenvolvimento extremamente favoráveis se observadas as ações corretivas implantadas pelos governos na última década; com enfoque para as reformas estruturais, privatizações, o resgate do verdadeiro papel das instituições públicas, aliados a um novo padrão de crescimento voltado para o aumento da produtividade.

A concentração de renda neste Estado não difere da realidade brasileira. Uma ação governamental, sem o respaldo da sociedade organizada, não conseguirá quebrar a tendência que podemos identificar nos dados acima.

Um compromisso dos poderes constituídos para a quebra dessa tendência será de fundamental importância para que tenhamos um Estado verdadeiramente justo e igualitário.

Sem que os governantes, o legislativo, o judiciário e outros segmentos organizados da sociedade se ombreiem, para gerir empregos e proporcionar o acesso a renda, não se conseguirá atingir os níveis de satisfação de uma sociedade cada vez mais exigente.

Uma grande rede de parceria deverá ser implementada, com metas claramente definidas, para reverter esse ritmo de crescimento da exclusão social que se evidencia.

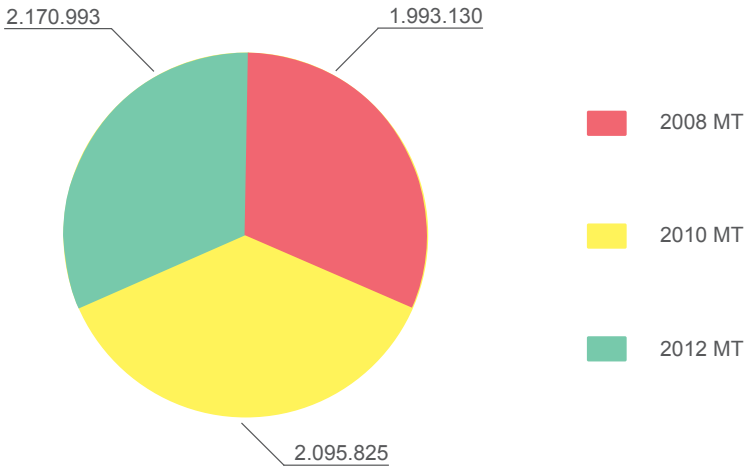
A modernização das organizações públicas face a essas necessidades é de fundamental importância para o enfrentamento dos problemas e necessidades da população. Quanto maior a produção econômica, maior será a renda per capita, com possibilidade de melhoria da qualidade de vida da sua população.

As eleições trazem para o Estado e para o País indicadores de mudanças e quebra de paradigmas. Os desafios da mudança, aliados ao novo perfil dos governantes atuais têm demonstrado a necessidade de uma postura mais ideológica e crítica da população em relação as suas necessidades.

Com as eleições temos o surgimento de mudanças, visto que, as eleições trazem o aumento da demanda junto ao poder executivo, legislativo e judiciário nas questões sociais. Com isso haverá a criação de um conflito de interesse entre o administrativo e o político.

Com a posse dos novos governantes, seja a nível federal, estadual ou municipal, as mudanças ocorrem num ritmo acelerado, o que leva o poder legislativo a criar mecanismos de participação mais célere, para responder não apenas ao poder executivo, como também ao judiciário e a população em geral nas suas reais necessidades e anseios.

CRESCIMENTO DO ELEITORADO



O gráfico acima demonstra um crescimento do eleitorado mato-grossense, o que ao longo do tempo vai provocar mudanças significativas nas ações sócio-econômicas e na representatividade política do estado.

PÚBLICO ALVO

Para que os objetivos deste Programa sejam atingidos, as ações estarão voltadas para as pessoas, organizações públicas e privadas e organizações do terceiro setor, com importância também da participação dos servidores da Assembleia Legislativa.

OBJETIVOS

Geral:

Implementar e intensificar a formação de parcerias com organizações públicas e privadas, com vistas, a fortalecer o papel da Assembleia Legislativa no atendimento das demandas sociais.

Específicos:

- *Promover uma maior integração com as Prefeituras e Câmaras Municipais;*
- *Desenvolver ações de trocas de informações com outros órgãos públicos;*
- *Realizar eventos em parceria com organizações governamentais e não governamentais;*
- *Desenvolver ações com vistas ao atingimento das Metas do Milênio.*

Estes objetivos constituem o desafio a ser vencido não apenas pela Assembleia Legislativa, mas também pelos seus parceiros. Vencê-los será a certeza de que é possível transformar sonhos em realidade.

ESTRATÉGICAS E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO

Este Programa tem o compromisso de vencer os desafios que o processo de exclusão social caracteriza e, contribuir para o crescimento social do país através da formação de parcerias construtivas e na perspectiva da construção de um Estado mais justo, fraterno e solidário, tendo como foco as pessoas que aqui vivem.

Previamente, à elaboração de projetos é fundamental a realização de bons diagnósticos setoriais e da realidade local, visando facilitar a identificação dos principais problemas estruturais, das potencialidades e alternativas sociais, econômicas e ambientais do local, bem como, das principais demandas da população.

Para que as transformações desejadas ocorram, estão sendo propostas as seguintes estratégias:

- *Promoção de uma ampla discussão com a sociedade organizada visando a identificação e ampliação de oportunidades de melhoria da qualidade de vida;*
- *Desenvolver ações educativas voltadas para as questões da cidadania;*
- *Formar parcerias visando criar mecanismos para melhorar as condições de vida da população e;*

- *Integrar as ações para atingir os resultados esperados.*
- *Integrar ações dos vários parceiros visando o bem comum.*

Na definição destas estratégias serão levados em consideração os seguintes itens:

- **Negação da discriminação** – com base na raça, classe, etnia, gênero ou qualquer outro atributo;
- **Construção de canais** – para que as pessoas possam opinar nas questões que as envolvam;
- **Políticas públicas** – econômicas e sociais que visem a redução das desigualdades regionais, possibilitando a melhoria da qualidade de vida;
- **Criação de oportunidades** – para inclusão no mercado de trabalho, na geração de renda e de emprego;
- **Análise de dados** – visão crítica das necessidades regionais a partir do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e de outros indicadores sociais existentes.

As estratégias aqui apresentadas indicam caminhos a serem percorridos, passando com prioridade por criação de oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho, seja ele, formal ou informal, propiciando a redução das desigualdades educacionais, culturais e econômicas, entre os vários segmentos da população mato-grossense.

Fica também evidente de que o trabalho coletivo constituirá a mola propulsora das ações que venham a ser implementadas, para que se alcance os resultados que tanto a Assembleia Legislativa quanto a sociedade esperam.

A implementação de forma integrada das ações, em parceria com a sociedade organizada, possibilitará a otimização dos resultados esperados numa perspectiva de ampliação de oportunidades; uma visão de futuro mais concreta, possibilidade de inclusão social, melhoria da qualidade de educação e da cultura geral e regional, com conseqüente sustentabilidade do cidadão e da sua família.

A Assembleia Legislativa tem consciência de que a responsabilidade social pública não passa pelo simples ato de “dar”, mas pela complexa ação de “oferecer” oportunidades para que cada mato-grossense tenha acesso a uma vida longa e saudável.

DIRETRIZES

Para que essas estratégias possam atingir os resultados desejados e provoque as transformações que mudarão a realidade presente, este Programa deverá seguir as seguintes diretrizes:

- Identificar as diferenças regionais em parceria com a sociedade, organizada visando melhorar as ações de governo;
- *Integrar ações com instituições governamentais e não governamentais, de forma a estabelecer parcerias para a inclusão social;*
- *Resgatar a credibilidade do poder público junto à sociedade.*

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Para o fortalecimento das parcerias estabelecidas para atingir os objetivos deste Programa, serão desenvolvidas as seguintes ações estratégicas:

- Integração Legislativa.

A parceria com as Câmaras Municipais é uma ação extremamente positiva para consolidar e integrar a Assembleia Legislativa com as realidades regionais, visto que, os vereadores representam os diversos segmentos da sua comunidade e como conseqüência tem o acesso às demandas das diversas camadas sociais.

Nessa ação, a Assembleia, através do Centro de Apoio às Câmaras Municipais – CEAC buscará oferecer aos vereadores e assessores das Câmaras Municipais atendimento de demandas institucionais e o compartilhamento de informações do Poder Legislativo.

- Troca de Informações com o Tribunal de Contas e Poder Judiciário.

A consolidação da democracia se dá com a interação entre os diversos segmentos e Poderes constituídos. Fiscalizar os atos do Poder Executivo é um dos deveres da Assembleia Legislativa. A parceria com o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo irá fortalecer a ação parlamentar e o seu conceito perante a sociedade mato-grossense.

- Ação pela Cidadania.

O projeto, tem como finalidade principal, a implementação de parcerias com órgãos públicos e privados. Visa ainda atender à comunidade, tanto na capital quanto no interior, proporcionando a capacitação profissional, esclarecimento sobre direitos e deveres, além de possibilitar o aperfeiçoamento do exercício pleno da cidadania.

- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Em parceria com o Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos, Secretaria Geral da Presidência da República, Governo do Estado, Prefeituras Municipais, empresas e organizações não governamentais, a Assembleia Legislativa, desenvolverá um conjunto de ações com o intuito de conscientizar o Estado e os Municípios a incluírem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em seus Planos Plurianuais, mobilizar a sociedade mato-grossense sobre as Metas

do Milênio e promover uma análise comparativa entre os resultados esperados e obtidos de conscientização sobre os ODM e os indicadores atuais.

Além de ações para atingimento dos ODM a Assembleia Legislativa trabalhará de forma ativa, para que o MOVIMENTO NACIONAL PELA CIDADANIA E SOLIDARIEDADE/NÓS PODEMOS seja consolidado no Estado de Mato Grosso.

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/ Nós Podemos (MNCS) é um movimento apartidário, ecumênico e plural da nação brasileira, integrado por organizações e voluntários que representam os diversos segmentos da sociedade. Criado em 2004, por iniciativa da sociedade brasileira, tem a missão de promover e articular ações para o alcance dos ODM até 2015, atuando de forma convergente e integrada no âmbito nacional, estadual e municipal, por meio do trabalho de Organizações Não Governamentais, empresas, universidades, fundações, igrejas, entidades de trabalhadores, sindicatos, movimentos sociais, associações de bairro, governos, entre outras instituições.

- Ciclo de Seminários

Promover, em conjunto com as Comissões Permanentes da Assembleia, um ciclo de seminários na capital e no interior, sobre temas de interesse regional

e estadual, visando o envolvimento de pessoas e organizações governamentais e não governamentais, para propor ações dos deputados quanto a elaboração de normas legais para um desenvolvimento sustentado.

Os temas propostos deverão envolver um número expressivo de organizações e de pessoas. Buscando solução para os problemas mais imediatos e que estão preocupando a sociedade e os governos.

- Rede Parceria Social

Por Uma Juventude Cidadã – através da parceria com instituições públicas que trabalham com jovens na faixa etária de 14 a 24 anos.

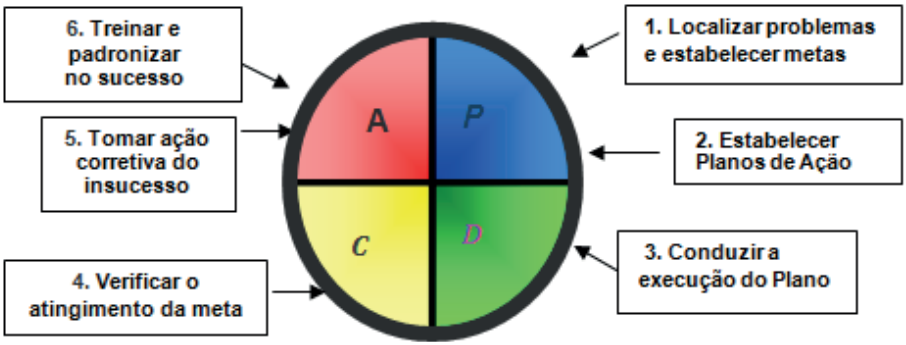
Serão desenvolvidas atividades ao longo do ano em diversas cidades no interior do Estado, com trabalhos voltados à prevenção no uso de drogas, orientações à qualidade de vida, valores pessoais e sociais, auto-estima, noções básicas de higiene e saúde, e na área de ciências humanas (com o trato das desigualdades e conflitos sociais, trabalho e ética, entre outros). E ainda serão realizadas atividades artísticas, culturais e recreativas.

Outras ações estratégicas poderão ser acrescentadas ao longo do desenvolvimento do programa e das alterações dos cenários.

MÉTODO DE GESTÃO

Para atingir as metas precisamos de um método, de um caminho para se atingir os resultados desejados. O método do Sistema de Gestão é o PDCA.

Para que os resultados sejam atingidos é necessário que todos os responsáveis pelas ações do Plano Tático tenham conhecimento do método desenvolvendo estratégias para o seu sucesso.



Um dos fatores de sucesso desse Programa é a formação de uma equipe competente e comprometida para implementar o PDCA. A equipe envolvida nessa implementação deverá assumir compromisso com a qualidade e com a obtenção de resultados que levem a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso a cumprir a sua missão e a atingir a sua visão.

Para que os compromissos possam ser transformados em resultados é fundamental a formação de parcerias, tanto interna quanto externamente. É essencial acreditar no trabalho compartilhado e não isolado.

Na consolidação deste Sistema de Gestão tem se a necessidade do envolvimento da alta administração da Assembleia Legislativa, para que se alcance os resultados que verdadeiramente interessem a sociedade mato-grossense.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O modelo de gerenciamento a ser utilizado para desenvolvimento das ações deste Programa será de OBTENÇÃO DE RESULTADOS, focalizando:

- *Ações articuladas;*
- *Pessoas responsáveis pelos resultados;*
- *Sistema de informações gerenciais;*
- *Cooperação para eliminar restrições.*

Para implementação desta Cooperação será designado um responsável Geral para o programa e um para cada uma das ações a serem desenvolvidas.

Será constituída uma equipe de apoio técnico para o cumprimento das tarefas previstas, tendo ainda, como responsabilidade, seu acompanhamento e avaliação no tempo programado.

O acompanhamento e avaliação deste programa será efetivado através da elaboração de instrumentos específicos voltados para as atividades programadas.

Além desses instrumentos, serão realizadas reuniões com os responsáveis pelo programa e ações mensalmente, e, se houver necessidade, em um intervalo menor de tempo.

Um Relatório trimestral e um anual deverá ser elaborado para posterior análise e parecer, consubstanciado do Superintendente de Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Superintendência de Planejamento Estratégico

RESPONSÁVEIS DO PROGRAMA E AÇÕES

Serão designados de acordo com os Planos de Ação a serem elaborados, considerando a característica da ação a ser desenvolvida e as competências técnicas e comportamentais necessárias.

RESULTADOS ESPERADOS

A consecução deste Programa e suas ações estratégicas é a esperança de que a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através da Superintendência de Planejamento Estratégico, possa provocar as transformações que a população espera, bem como, fortalecer parcerias, quebrar paradigmas e vencer desafios que propiciem uma vida digna, saudável a todos aqueles que aqui vivem.

Espera-se que ao longo de vigência deste programa ocorram mudanças de postura, não apenas nas pessoas, mas e, principalmente, nas instituições públicas e privadas. É um longo caminho a percorrer, que a perseverança e o comprometimento dos gestores e os colaboradores seja um princípio a ser perseguido de forma constante para que os objetivos propostos possam ser atingidos.

Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso
CASA CIDADÃ